

Caxias e Mitre

José Fernando Maya Pedrosa

O encontro de Caxias com Mitre na Guerra da Tríplice Aliança deixou ensinamentos valiosos na temática da organização de forças interaliadas e na condução de operações militares na América Meridional.

É uma história de conflitos e ajustamentos, de políticas nacionais diferentes e de personalidades diversas que interpretavam o racionalismo da Revolução Industrial pela primeira vez entre nós.

Mitre era também o Presidente da Argentina, um homem de peso nos destinos de seu país, enquanto Caxias era um soldado que vivera no ostracismo em razão da política partidária e do menosprezo do Império pelas coisas da guerra.

Ficara insatisfeito com o Tratado da Tríplice Aliança, porque o comando-em-chefe cabia a Mitre, na sua opinião, impondo subordinação inconsistente na dura responsabilidade da campanha.

Adiante, teria de enfrentar o ambiente causado por suas razões de discordância.

Rememoremos que, até novembro de 1866, faltou às tropas brasileiras e à Esquadra um coman-



do unificado, motivo de amarguras e desconfianças que minaram o relacionamento entre os chefes, causando até mesmo o desastre de Curupaiti e uma crise de comando envolvendo Mitre, Polidoro, Tamandaré e Porto Alegre.

Desta forma, o encontro de Caxias com Mitre, embora cordial e respeitoso entre duas figuras notáveis, trazia um passado desagradável.

A grande disparidade entre os efetivos brasileiros e argentinos afetara também o moral dos chefes brasileiros na fase inicial da campanha, situa-

ção que continuou durante o comando de Caxias, diante da incompreendida igualdade entre as nações no Tratado.

É do conhecimento geral que o estado de espírito gerado pela Conferência de Iataiti Corá, pouco antes do desastre de Curupaiti, foi de desconfiança sobre as intenções de Mitre, porque se pensou que este se decidia pelos interesses de seu país de proteger a guerra ou que manobrava com Solano Lopez para uma paz em separado, o que seria um desastre para o Império.

Não se pode provar que eram inconfiáveis os gestos de Mitre como homem de boa-fé e soldado leal, mas as circunstâncias do tratado caíram de forma negativa sobre o seu comando e formaram um clima de reservas no espírito de Caxias, conforme suas confidências hoje conhecidas.

Mitre, por sua vez (sente-se em sua correspondência particular), julgava-se prejudicado, porque seu comando era apenas nominal, com decisões tomadas “de comum acordo”, debaixo de constantes ponderações e mudanças nos planos e ordens, estando a Esquadra brasileira fora de suas decisões diretas.

Ele, segundo Francisco Doratioto, em *Maldita Guerra*, baseado numa carta a Rufino Elizalde, “estava irritadíssimo com as constantes resistências de Tamandaré e Porto Alegre ao seu comando. Teria até mesmo advertido Tamandaré sobre isto”.

Pelos documentos citados por Doratioto, Mitre adotava uma postura “pragmática e leal” com os brasileiros durante estes episódios, mantendo-se fiel a uma aliança com o Brasil. No entanto, os constantes incidentes abriram um fosso entre ele e os generais brasileiros, configurando o ambiente encontrado por Caxias.

Caxias, por sua vez, era um homem magoado com a condução política da guerra e usava de todas

as reservas morais e espirituais para manter a disciplina e continuar ativo.

Para ele, as asperezas da vida não constituíam motivo de desânimo, e suas dificuldades com os gabinetes e partidos, pelo contrário, traziam força moral para suportar novos embates.

Como se sabe, por motivos políticos, não foi nomeado para o comando das forças do Império no início do conflito. Sua chegada ao Paraguai (novembro de 1866) representava uma notável mudança de atitude do Governo brasileiro, valorizando agora o fator militar e o teatro de operações e minimizando a influência do partidarismo nas medidas de guerra que haviam causado tantos dissabores.

Por certo, naquele “confidencial” de 21 de outubro de 1866, pedindo definições do Gabinete, por intermédio do Ministro da Guerra, Caxias considerava as amargas experiências de Curuzu e Curupaiti:

“Se Mitre [perguntou Caxias] persistir em seu sistema de temporização, o general brasileiro, julgando-se habilitado a operar por si só, deve-o fazer com ou mesmo sem o acordo daquele aliado?”

A resposta de Paranaguá a Caxias atenuou suas preocupações no relacionamento que teria, em breve, com o comandante-em-chefe aliado.

A última palavra no comando dos exércitos aliados era a de Mitre, disse Paranaguá por escrito, mas o general brasileiro teria voto independente nas deliberações do plano de campanha; na hipótese de Mitre persistir retardando as operações, com prejuízo para a Aliança, o general brasileiro poderia continuar operando sob sua responsabilidade; uma paz em separado da Argentina com o Paraguai não implicava suspensão das operações quando pudessem ser continuadas com vantagem, podendo o general brasileiro prosseguir por si só.

Ressalve-se, então, que aquelas instruções foram um atestado de que o comando-em-chefe exercido por Mitre não tinha completa autoridade para decidir.

Ele tinha, na realidade, autoridade relativa que dependia doravante da concordância de Caxias.

Munido destas orientações, Caxias chega ao Paraguai cauteloso e confiante, no entanto, certo de que teria oportunidade para divergências a serem tratadas com firmeza e prudência.

Favorecia a posição de Caxias perante seu comandante-em-chefe o fato de ser 18 anos mais velho e de ter comandado forças interaliadas na guerra contra Oribe e Rosas, quando seu interlocutor era apenas um tenente na batalha de Monte Caseros em 1852.

Naquela oportunidade, Mitre não fazia nenhuma ressalva a Caxias, que, segundo declarou, foi o homem que ele desejava ter sob seu comando. Havia entre eles uma identidade forte, porque trabalhavam pela unidade contra o federalismo das províncias, cada um a seu modo.

Além disso, conhecia a fama e o prestígio de Caxias como espada vitoriosa, ornada de qualidades e virtudes militares, ilustrada por vários cargos políticos de confiança ou eletivos, inclusive o de Ministro de Estado. Pela primeira vez, de fato, Mitre trataria com um estadista que lhe infundiria profundo respeito e admiração.

Recordemos que Mitre se afastou do teatro de operações para tratar de assuntos internos de seu país, retornando ao comando em 1º de agosto de 1867, pouco mais de uma semana depois do início da Marcha de Flanco, onde permaneceria até 13 de janeiro de 1868 por um ano, cinco meses e treze dias.

No primeiro contato dos dois protagonistas da história, houve concordância com a Marcha de Flanco sobre Humaitá, o que favoreceu o relacionamento entre eles. Mas não houve oportunidade para

o acerto dos detalhes que, futuramente, seriam motivo de discordâncias. Não houve nenhum confronto de opiniões que revelasse diferenças essenciais.

Mesmo assim, ainda na fase de planejamento da manobra, Mitre, de Buenos Aires, escreveu a Caxias (14 de abril), com sua natural prolixidade – segundo a opinião de Tasso Fragoso –, detalhando o que julgava fosse o plano de campanha.

E abriu três alternativas para o prosseguimento das operações quando as forças aliadas chegassem nas proximidades do Rio Paraguai pelo desbordamento de Curupaiti-Humaitá.

Mesmo deixando Caxias com liberdade para agir de acordo com a situação, Mitre pareceu expressar preferência para o ataque direto, o que foi, mais adiante, prenúncio das discordâncias entre os dois chefes.

Logo depois de seu retorno ao teatro de operações, ele remeteu a Caxias um estudo de situação escrito no qual dava ênfase a uma ação isolada da Esquadra para forçar a passagem de Humaitá e realizar uma junção com o Exército ao norte.

Para isso, segundo suas palavras, devia-se emitir uma “ordem terminante”, porque, assim, os aliados ficariam donos do rio e “em condições de realizar empresas de maior vulto no interior do país, quer por água, quer por terra”.

Caxias, concordando em princípio, consultou o Almirante Joaquim José Ignácio. Este respondeu, mostrando que as posições defensivas de Humaitá estavam agravadas por engenho e arte do defensor e pelas dificuldades do lugar: estreiteza dos canais, obstáculos de torpedos, correntes e estacas. Haveria também as dificuldades de abastecimento de seus navios através de uma estrada de contorno pelo Chaco com suas asperezas.

Os navios metálicos não apresentavam a segurança que se esperava. Neste caso, a Esquadra pas-

saria “de bloqueadora a bloqueada, se o Exército não vence os dois obstáculos” (Curupaiti e Humaitá).

Ele terminou por afirmar que a operação “não colhe a serviço do Império o mais pequeno proveito senão satisfazer o mal-entendido orgulho”, terminando por reafirmar sua disciplina de marinheiro-soldado, dizendo que cumpriria ordens e que faria o humanamente possível neste sentido.

Caxias achou justas as ponderações do almirante e as comunicou ao comandante-em-chefe, pedindo-lhe uma conferência e considerando urgente um entendimento entre eles.

Teve início, a partir daí, uma fase de divergências que evoluiu para uma crise de comando pela insistência de Mitre em seu ponto de vista.

Caxias formulou então a idéia de romper as fortificações de Curupaiti com a Esquadra e de colher informações detalhadas sobre Humaitá, enquanto se decidiria pelo seu investimento, “calculando-se pelo que ocorresse na passagem de Curupaiti se poderia ir também além de Humaitá”, segundo Tasso Fragoso.

O Almirante José Ignácio concordou com a manobra, e Curupaiti foi ultrapassada com algum sacrifício pela Esquadra, no dia 15 de agosto, criando uma nova situação que, apesar de conciliatória, não deu os frutos desejados para um entendimento entre Caxias e Mitre.

Os chefes navais se deram conta de que a Esquadra acima de Curupaiti estava isolada, porque o transporte de suprimentos pesados pelo Chaco se mostrou insuficiente.

Para o almirante, a missão de prosseguir e até mesmo de continuar operando entre as duas fortalezas (onde seus navios eram vulneráveis) era superior aos meios de que dispunha. E, neste momento crucial, usou de um argumento que calou fundo no espírito

de Caxias, porque transcendeu a área militar para incidir em assuntos do Estado.

Disse o almirante em 30 de agosto daquele 1867:

“(…) nas atuais circunstâncias em que se acham as repúblicas do Prata, revolucionadas ou em vias de revolução, conhecidos como são os sentimentos dos revolucionários a respeito do Império do Brasil, é prudente arriscar a parte mais importante de nossa Marinha a uma ruína certa e inevitável?”

E desaconselhou, uma vez mais, o prosseguimento sobre Humaitá.

Caxias, ainda mais sensibilizado com esta contundente argumentação, disse a Mitre, no dia 18 de setembro, que não era conveniente forçar tão cedo o passo de Humaitá: “Não arriscarei, portanto, a Esquadra”, e argumentou sobre isto em longa memória.

Em seguida, Mitre manifestou que não concordava com o retraimento da Esquadra para jusante de Curupaiti e reclamou seus direitos como comandante-em-chefe, criando uma delicada situação para Caxias.

Enquanto isso, neste ambiente de certa indefinição, manobraram-se os corpos de exército para que completassem, antes do final do ano, o isolamento de Humaitá, enquanto a Esquadra permanecia ao norte de Curupaiti contra a vontade de seu almirante, mas inerte segundo Mitre.

Simultaneamente, permanecia a batalha dos ofícios e memórias entre os dois chefes, terminando por Mitre indagar Caxias (com toda “franqueza”) se tinha instruções do Governo brasileiro sobre o impasse do relacionamento de comando que viviam, afirmando que era o diretor da guerra e entendia que tudo deveria ocorrer para um objetivo traçado por “uma só direção”.

Caxias, no dia 28 de agosto, argumentou que o tratado não dera a Mitre o comando da Esquadra, por ter sido ele expressamente entregue a um chefe brasi-

leiro, na época Tamandaré. Apesar de a Esquadra ter por obrigação apoiar as operações terrestres sob uma direção geral, qualquer plano teria de ser combinado, e foi o que acontecera na passagem de Curupaiti.

Mitre, por sua vez, insistia na idéia de que era o comandante-em-chefe da guerra, e que a Esquadra lhe devia obediência, estando decidido a levar a questão ao Governo de seu país, opinando que Caxias deveria fazer o mesmo.

Em ofício de 9 de setembro de 1867, mesmo sem o desejar, Mitre tranqüilizou o espírito de Caxias, porque admitiu que a questão transcendera do âmbito militar para a área política em Buenos Aires e no Rio de Janeiro.

Este clima de indefinições seria finalmente solucionado em dezembro, três meses depois, com a comunicação do Governo brasileiro de que o comando da Esquadra não estava diretamente com Mitre.

Difícil é, neste momento, discutirmos as razões militares expostas por cada um em seus longos ofícios confidenciais e memórias, mas uma delas foi, certamente, o estopim ou a causa imediata das gélidas relações que se seguiram no âmbito do comando-em-chefe.

É que Mitre continuou escrevendo a Caxias longos acusatórios contra a Esquadra, dizendo que seu fracasso se devia ao fato de a operação não ter sido realizada como seria conveniente e de não ter prestado os serviços que lhe cabiam.

Foi um libelo de que falhara em seus compromissos, trazendo mesmo alguns insultos quando afirmou que, se ele, Mitre, fosse seu comandante, não vacilaria em empregá-la até se perderem, pelo menos, dois terços de seus encouraçados. E ainda mais, disse que, se toda a Esquadra se perdesse, “ficaria bem perdida”.

Caxias, por sua vez, em ofício de setembro ao Ministro da Guerra, externou sua desconfiança em

relação a Mitre que, desde junho, fazia propostas de sentido protelatório para as operações.

A respeito do emprego da Esquadra, perguntou:

“Por que esta teimosia de sua parte? Faltava aos nossos marinheiros coragem militar para levar a cabo a empresa? Pois já não haviam dado provas evidentes de honra e de leal desejo de colaboração com os exércitos aliados?”

E foi adiante, expressando dúvidas sobre as verdadeiras intenções de Mitre e seus sentimentos hostis ao Brasil:

“No espírito do General D. Bartolomeu Mitre atua pensamento oculto e maléfico com referência ao Império e à presente guerra, e nossa boa-fé e sinceridade estão bem longe de serem por ele compreendidas.”

E atribui a ele o desejo de procrastinar a guerra que era uma calamidade para o Brasil e elemento de prosperidade para a Argentina.

Afirmou ainda que Mitre nutria “idéia sinistra a respeito da Esquadra”, porque ela exibia aos argentinos um elemento poderoso da preponderância brasileira nos mares da América do Sul.

Diante de tantos arazoados de Mitre e intrigas da imprensa portenha, disse Caxias que os fatos haviam sido adulterados cinicamente para menos-cabar e deprimir o Exército e a Esquadra, procurando ridicularizar seus generais.

Reportou-se ainda às idéias de Mitre que, segundo ele, se caracterizavam pela defesa de soluções que nada contribuíam para acelerar a guerra, como ter querido estabilizar a frente entrenchando-se diante do quadrilátero de Curupaiti-Humaitá e perdendo a iniciativa das operações, deixando de cortar as ligações do inimigo com Assunção por uma manobra.

Confirmando instruções anteriores expedidas no início do comando de Caxias, Paranaguá afir-

mou que se o comandante-em-chefe retardasse a guerra e o comandante brasileiro julgasse que poderia “emprender operações conducentes à derrota do inimigo, está V. Exa. autorizado a operar independentemente de Mitre”.

Esta ação firme de Paranaguá coadjuvava sua carta pessoal a Caxias, na qual, atenuando a situação, achava em Mitre o desejo de que as operações militares fossem mais ativas, externando confiança na sua lealdade. Possivelmente achando que Mitre fosse sincero, o ministro manifestou aí certa discordância com Caxias, pensando em diminuir suas dúvidas.

Com aquela última memória de Mitre e o ofício confidencial de Caxias ao Ministro da Guerra, encerrou-se o capítulo da desconfiança e teve início uma fase de distanciamento que só teria fim quando Caxias assumiu o comando-em-chefe, em janeiro de 1868.

No dia 13 daquele mês, Mitre retirou-se para Buenos Aires sem que ocorresse o esperado abalo em suas relações pessoais com Caxias, inclusive durante a última entrevista que se passou em ambiente de cordialidade.

Entre ele e Caxias, mesmo nos instantes mais graves de discordâncias e desconfianças, não houve nenhum incidente pessoal ou qualquer outro ato criticável. O fato demonstra, insofismavelmente, as qualidades humanas e as virtudes militares de cada um. Mas ficaram para os historiadores e analistas da História ensinamentos sobre o procedimento dos militares diante de cenários semelhantes.

Tasso Fragoso aprecia o final deste incidente com a tolerância e a extrema moderação que sempre caracterizaram os seus escritos, dizendo que, graças à superioridade moral de Caxias e de Mitre, o horizonte se foi desanuviando e a aliança ficou de pé.

Neste momento de recordações, não nos compete julgar os sentimentos de Caxias nesta questão com Mitre, ou os de Mitre em relação a Caxias e a nossa Esquadra. Trata-se de um confronto de opiniões em que cada qual teve suas razões.

Mitre, de várias maneiras, somara esforços aos do Império, no momento em que a maioria dos argentinos, mesmo diante de um Paraguai agressivo, era movida por sentimentos negativos em relação ao Brasil.

Sem dúvida, Caxias foi o estadista de seu tempo que mais compreendeu as boas intenções do Império, no meio de publicistas agitados pelas idéias republicanas cultivadas com tanta paixão entre os hispano-sul-americanos.

São inúmeros os ensinamentos deste episódio.

A diplomacia brasileira não se aventurará mais em tratados e acordos que envolvam a guerra, sem reconhecer o componente militar num possível conflito armado. Esse foi o erro da Tríplice Aliança, que não se deve repetir na organização dos comandos operacionais, exigindo-se definições claras do princípio da autoridade e da responsabilidade de comando e suas limitações diante dos fatores maiores da política.

Torna-se necessário buscar a unidade de comando das forças brasileiras no teatro de operações e, tanto quanto possível, no próprio nível do comando-em-chefe.

Compreende-se que o tratamento respeitoso e formal entre aqueles chefes militares é um exemplo para o futuro, e motivo de meditação por políticos, diplomatas e militares em todos os tempos.

José Fernando Maya Pedrosa – Coronel. Sócio Efetivo do Instituto de Geografia e de História Militar do Brasil, do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.